



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

**220 anos do Tratado de Badajoz e da posse das Missões pelos luso-brasileiros - 210
anos da Intervenção de Dom João na Banda Oriental - 200 anos do Tratado de
Incorporação da Cisplatina ao Império - 190 anos da Abdicação - 190 anos da criação da
Guarda Nacional - 180 anos da pacificação da Balaiada por Caxias - 170 anos do início da
Guerra contra Oribe e Rosas - 160 anos da Questão Christie - 150 anos do Tratado de Paz
com o Paraguai - 150 anos da Lei do Ventre Livre - 130 anos da 1ª Constituição
Republicana - 120 anos do início da Revolução Acreana por José Plácido de Castro - 80
anos da criação do Ministério da Aeronáutica.**

ANO 2021

Junho

Nº 377

A CAMARADAGEM

(Cel Carlos Daróz – EBlog/ montedo.com, 6 de maio de 2021)



Entre os deveres militares, a camaradagem é conceituada na Cartilha Valores e Ética Profissional Militar, do Programa Raízes, Valores e Tradições, como “capacidade de estabelecer relações amistosas com superiores, pares e subordinados”. Se, em tempo de paz, figura como importante atributo para o perfeito funcionamento das instituições militares, quando em combate, a camaradagem revela-se essencial para a sobrevivência e para o cumprimento de missões de elevados risco e complexidade.

Itália, dia 12 de dezembro de 1944, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) desenvolvia mais um ataque a Monte Castelo. O Capitão João Tarciso Bueno comandava a 1ª Companhia do 11º Regimento de Infantaria na progressão para aquele objetivo, quando o inimigo ajustou seus fogos sobre os brasileiros.

O Capitão Bueno identificando a situação crítica e passou à frente de seus homens para liderá-los. A eficácia das armas alemãs provocou numerosas baixas e a progressão arrefeceu. Diversas Companhias, em setores vizinhos, já haviam recebido ordens para retrair, mas o capitão prosseguiu com seus homens até ser atingido por uma rajada de metralhadora. Tombou em uma vala com várias costelas partidas e o pulmão esquerdo trespassado por um tiro. Ali ficou enquanto os remanescentes de sua tropa retraíam.

O comandante do batalhão, ao ser informado que o Capitão jazia ferido na “terra de ninguém” organizou patrulhas para tentar o resgate. Sob a proteção da noite, elas vasculharam a região a procura do oficial ferido, mas nenhuma logrou êxito. Temendo perder mais homens, sustou o envio de novas patrulhas. Todavia um integrante da 1ª Companhia não se conformou com a situação. Tratava-se do Soldado Sérgio Pereira, natural de Minas Gerais, ordenança do Capitão Bueno. Sabia que seu comandante, ainda que gravemente ferido, havia sido visto, pela última vez, com vida. Tomou uma decisão, mesmo que ela pudesse custar-lhe a vida: resgatar seu chefe da “terra de ninguém”. Armou-se, pegou algumas granadas de mão e, silenciosa e solitariamente, partiu oculto pela escuridão do inverno italiano. Por muitas horas caminhou, rastejou, correu e escondeu-se de patrulhas inimigas, até que conseguiu chegar aos arredores de Abetaia, localidade em poder dos alemães. Depois de ter passado pelos cadáveres de companheiros que haviam perecido na jornada, já pensava em desistir devido à aproximação das luzes da madrugada. Sua persistência, no entanto, foi recompensada. Ao vasculhar um riacho com águas quase congeladas pelo frio, conseguiu localizar seu capitão, inconsciente. Verificando que ele ainda estava vivo, o Soldado Sérgio transportou-o nos ombros por alguns quilômetros, cuidando para não fazer ruídos. Rastejou em uma parte aberta do terreno, trazendo seu chefe nas costas até, finalmente, alcançar as linhas avançadas da FEB. Sua obstinação e seu elevado senso de camaradagem haviam salvado seu capitão.

O General Mascarenhas de Moraes, Comandante da FEB, elogiou o Soldado Sérgio nos seguintes termos: “É um magnífico exemplo de dedicação ao chefe, que tenho a mais grata satisfação de apontar à FEB”.

Por sua liderança, o Capitão Bueno foi promovido e condecorado pelo Brasil e pelos Estados Unidos. O Soldado Sérgio também recebeu uma promoção e condecorações por bravura. De volta ao Brasil, permaneceram grandes amigos até o fim de suas vidas. Um belo exemplo de camaradagem legado para todos os integrantes da Força Terrestre por esses dois heróis brasileiros, naquela gelada e silenciosa noite de inverno em 1944.



Thomas Edward Lawrence – *Lawrence da Arábia.*

Princípios da Insurreição.

Frederico Aranha – Pesquisador

Advertência: tradução livre.

Em 1946, o General Raoul Salan, proeminente oficial francês, encontrou-se diversas vezes com Vo Nguyen Giap, o General vietnamita que comandaria as operações militares contra os franceses até o desfecho em Dien Bien Phu. Ambos eram membros da missão internacional reunida para supervisionar a restauração da autoridade francesa na Cochinchina. Salan comandou o corpo expedicionário francês enviado à região, de maio de 1951 a maio de 1953. Conduziu a última ação militar de sucesso em outubro de 1952: a ofensiva Operação Lorraine II, durante a qual forças especiais francesas e grupos de montanhese irregulares devastaram o vale do Rio Vermelho e regiões florestais do Vietnã do Norte. No ano seguinte ele passaria o comando do corpo expedicionário ao desafortunado General Henri-Eugène Navarre, que presidiu o desastre de Dien Bien Phu.

Salan ficou impressionado com a influência de um homem – T.E. Lawrence – no pensamento militar de Giap. Confessou ele a Salan, que *o livro ‘Seven Pillars of Wisdom’ de Lawrence é meu evangelho de combate e nunca me separo dele.*

A essência da teoria da guerrilha que inspirou Giap pode ser encontrada em duas fontes: a primeira, é ao longo do próprio livro, notadamente no capítulo XXXIII; a segunda, é num artigo intitulado *The Evolution of a Revolt*, publicado em outubro de 1920 no *Army Quarterly and Defence Journal*. Livro e artigo baseiam-se nas reflexões e avaliações de caráter prático de Lawrence, traduzindo as complexas situações enfrentadas com sucesso no comando de forças árabes em operação na região do Hejaz, coração do deserto saudita, em 1917.

Por essa época, Lawrence já vinha assessorando e liderando por mais de um ano levadas de beduínos e árabes em combate contra as forças turcas. Com assento nesta experiência, deduziu dois princípios que constituíram a base teórica e a vertente para todas suas ideias ligadas à condução de uma insurreição. Lawrence convenceu-se de que tropas irregulares são incapazes de defender uma posição no campo contra forças convencionais e, ademais, de atacar eficazmente uma posição fortemente defendida pelas mesmas forças. Se esses preceitos eram corretos, ponderava Lawrence, qual o valor das forças irregulares para a guerra? Tornou-se a pergunta de partida, que teria de responder por primeiro.

Reconheceu que, como qualquer outro oficial educado e treinado de acordo com o pensamento e as tradições militares ocidentais, sua atitude face à guerra era dominada pelo dogma do aniquilamento, quer dizer uma obsessão pelo princípio

da guerra moderna, consistente em localizar o centro de poder do exército inimigo e destruí-lo em combate.

No entanto, Lawrence percebeu que apesar de não haver ocorrido nenhuma batalha de aniquilamento os árabes estavam vencendo o conflito:

(...) quanto mais eu pensava a respeito, mais me convencia que havíamos ganhado a guerra do Hejaz. Ocupávamos mais de noventa por cento do território. Os turcos dominavam o restante... Estão confortavelmente instalados (em Medina); se os aprisionarmos, nos custarão suprimentos e tropas para alimentá-los e guardá-los no Egito... Sob qualquer ponto de vista eles estão muito bem onde estão, apreciando Medina e querendo mantê-la. Deixemos que fiquem por lá!

Interrogou-se se não haveria guerras diferentes da guerra de aniquilação que generais franceses como Ferdinand Foch e outros contemporâneos sobre elas escreviam e advogavam com tanto entusiasmo e praticavam na Europa, na Frente Ocidental, com resultados desastrosos. Concluiu que o primeiro fator determinante numa guerra era o objetivo pelo qual era deflagrada. A aniquilação dos turcos não era o objetivo dos árabes; nem tinham eles capacidade para tal. O escopo era de natureza geoestratégica: ocupar o máximo possível de território no Oriente Médio.

Portanto,

(...) se o alvo estratégico era geográfico ao invés da destruição do exército turco, o papel dos irregulares ganhava novos contornos. Sendo assim, questionou-se, qual missão caberia à insurgência árabe numa guerra de ocupação?

Para responder, desenvolveu um simples arcabouço conceitual, um tipo de painel mental abrigando várias teorias e ideias relacionadas entre si com suficiente estrutura, ensejando pensá-las em conjunto, como um todo coerente. O painel de Lawrence consistia de três conceitos ou categorias analíticas. Denominou cada um desses três ganchos conceituais, de – o algébrico, o biológico e o psicológico.

Por algébrico, entendia os fatores espaço temporais, aqueles sujeitos a cálculo. Definiu qual seria a extensão de território que os árabes necessitariam conquistar – cerca de 320.000 km² e de como os turcos fariam para defendê-lo. Concluiu que exigiria um posto fortificado para 10 km², cada um contando com não menos de 20 soldados, perfazendo mais de 600.000 homens para proporcionar uma defesa adequada. Os turcos não tinham mais de 100.000 militares concentrados em Medina e arredores; além do mais, com sua bagagem mental dominada por ideias de batalhas de aniquilamento, consideravam a erradicação da rebelião desde uma perspectiva de guerra total. *Isso seria um erro fatal*, deduziu Lawrence, *por que fazer guerra a uma rebelião era lento e incômodo, como tomar sopa com faca.*

O biológico era o segundo elemento na cadeia conceitual, expressão que trocou pelo termo “bionômico” por representar melhor a ideia de desgaste e fricção no seio de um sistema militar. Lawrence convenceu-se de que, em vez de tentar

destruir o exército turco, os árabes deveriam simplesmente debilitá-lo. Esgotamento, não destruição, seria a palavra de ordem. Ataques diretos à infraestrutura e ao equipamento militar do inimigo seria o objetivo:

(...) a destruição de uma ponte ou via-férrea turca, de uma metralhadora, de um canhão ou de munições e explosivos, será muito mais vantajoso para nós do que a morte de um turco.

Dessa forma, a fragilidade do irregular no combate convencional tornar-se-ia irrelevante, pois passariam a atacar somente o material dos turcos ao alcance. A chave para o sucesso dessa estratégia era o perfeito conhecimento do inimigo, ou seja, a necessidade de um serviço de informações atuante. Lawrence, ele próprio um oficial de inteligência, prescreveu

(...) que o conhecimento do inimigo deveria ser completo, perfeito, não deixando qualquer margem ao acaso. Temos de concentrar nossos maiores esforços nesse sentido. Deveremos nos empenhar mais do que um estado-maior convencional na obtenção de informações. Qualquer outra missão é de menor importância.

O último detalhe da estrutura conceitual era o psicológico. Lawrence entendia que numa insurgência a verdadeira batalha era o ataque às mentes, ao espírito do oponente. Significava também obter sustentação moral no seio da população, mobilizando-a dessa forma para a rebelião.

À luz dessa análise, desenvolveu um plano básico mantido virtualmente até o fim da guerra. Tratava-se de simplesmente impor aos turcos o fardo de uma defesa demorada e constante que terminaria por esgotá-los. O emprego de pequenas unidades agressivas e altamente móveis constituía o meio para atingir esse objetivo. Lawrence reconheceu que a relação tropa/espaco determinaria o caráter último da guerra: *Em termos práticos, significava (por exemplo) que sendo nossa mobilidade cinco vezes maior do que a dos turcos, estaríamos iguados a eles com uma quinta parte do seu contingente.* As operações deveriam ser altamente móveis, ubíquas, independentes de bases e de comunicações, alheias à situação do terreno, áreas estratégicas e direções determinadas, como na guerra naval. *“Aquele que domina o mar possui uma grande liberdade e pode fazer o que bem quiser numa guerra”. E nós dominávamos o deserto.*

Considerava o camelo um navio do deserto. Proporcionava à guerrilha uma incrível autonomia e mobilidade operacional. As tropas eram capazes de transportar víveres para seis semanas e, mesmo a temperaturas muito elevadas, os camelos podiam avançar até três dias sem água. Assinalou que os irregulares árabes dispunham de uma autonomia operativa suficiente para percorrer a incrível velocidade toda a península árabe e além. Lawrence, mesmo, cobriu 2.400 km durante um mês, cavalgando sem descanso. O guerrilheiro árabe montado em seu camelo era ele próprio uma força independente. Registrou que

(...) o árabe era simples e individualista. Cada homem serve na linha de frente e é autossuficiente. Não tínhamos linhas de comunicação nem tropas de apoio. A eficiência de cada um residia na sua própria conduta em combate. Pensamos que nas condições em que combatemos a soma da força fornecida pelos combatentes, individualmente, será ao menos igual ao produto de um sistema.

Como resultado de suas observações, Lawrence extraiu seis princípios fundamentais da insurreição que ainda conservam marcante atualidade:

Primeiro, um movimento de guerrilha vitorioso exige uma base inexpugnável – não somente contra-ataques físicos, mas igualmente contra outras formas de ataque, como ataques psicológicos.

Segundo, a guerrilha precisa enfrentar um inimigo tecnologicamente sofisticado. Tanto mais sofisticado, mais vulneráveis serão as estruturas de comunicação e logística.

Terceiro, o inimigo deve ter um contingente insuficiente, incapaz de ocupar o território em profundidade com um sistema de fortificações interligadas.

Quarto, a insurreição necessita, no mínimo, o apoio passivo da população, senão seu envolvimento total. De acordo com os cálculos de Lawrence, as rebeliões podem ser deflagradas por 2% de ativistas e 98% de simpatizantes passivos.

Quinto, a força irregular precisa ter qualidades fundamentais, tais como velocidade, persistência, presença e independência logística.

Sexto, os irregulares devem dispor de armamento suficientemente avançado para explorar as vulnerabilidades do inimigo no campo da logística e das comunicações.

Há outro aspecto da guerrilha que merece consideração: a função do líder da insurreição e seu talento para chefiar. Definitivamente, o sucesso de Lawrence no deserto da Arábia repousa nas suas grandes qualidades pessoais e na capacidade de liderar. Breve exame do seu estilo de comandar, nos oferece um quadro das qualidades, de certo modo raras e únicas, necessárias ao chefe de uma insurreição. Lawrence combinava a sagacidade, a integridade, o humanismo, a coragem e a disciplina com a empatia – a aptidão de identificar e estabelecer um liame emocional com os subordinados. Numa insurreição, a empatia é regra especialmente crucial: ela incorpora o líder no coração e no espírito dos seus homens, tornando-o capaz de estabelecer intuitivamente o limite físico e psicológico da sua tropa; na guerrilha, o insurgente opera no limite da atividade humana – e além dele, amiúde – para manter uma vantagem moral sobre o inimigo convencional mais poderoso. A mesma empatia funciona em relação ao seu superior. Ademais, chefes insurgentes como Lawrence são vitoriosos por que são instigadores, dão aos seus homens o treinamento, a motivação e a habilidade, necessárias para cumprir missões que eles mesmos possam desempenhar. Os

instigadores agem amplamente como catalisadores de uma reação química, como fator que induz ou precipita uma alteração da ação.

Thomas Edward Lawrence morreu em 19 de maio de 1935, vítima de um acidente de motocicleta, próximo ao retiro a que se impôs em Dorset, Inglaterra. Tinha somente 46 anos. Malgrado a vida relativamente curta, sua influência foi enorme; seus escritos e suas ligações pessoais ensejaram fortes amizades com as mais influentes personalidades da época como Bernard Shaw e Sir Winston Churchill, entre outros. Um dos laços intelectuais mais fortes foi amarrado com B.H. Liddell Hart, importante teórico e historiador militar do século XX; evidencia-se ao longo da importante obra de Liddell Hart – *STRATEGY (As Grandes Guerras da História)*. São Paulo: Ibrasa, 1967): a longa correspondência entre os dois mostra claramente a contribuição de Lawrence; de sua parte Liddell Hart não hesita em exprimir sua gratidão. Não é por outro motivo que a biografia de T.E. Lawrence escrita por ele é, talvez, no gênero, a melhor das suas destacadas obras (*Lawrence of Arabia*. New York: Da Capo, 1989).

Por último, há que reconhecer a genialidade de Lawrence e, ainda que tardiamente, o cumprimento integral da missão de que foi encarregado e dela se imbuíu de corpo e alma, muito além do dever. Constatou que os homens não nascem talentosos, mas tal se tornam pelo estudo intensivo e pela aplicação prática. Lawrence e outros do mesmo calibre lutaram tenazmente contra suas fraquezas e imperfeições pessoais para liberar sua genialidade. Ele mesmo entendeu isso quando, a propósito da sua biografia em elaboração, escreveu para Liddell Hart:

(...) Deve ficar bem claro, pelo menos no meu caso, que o generalato não me veio por instinto, sem sentir, mas pelo entendimento, duro estudo e concentração mental. Se viesse a mim facilmente, não o teria praticado tão bem. Para elaborar minha estratégia (ou princípios da insurgência), eu não encontrei professores no teatro de operações: apoiando-me, havia muito tempo de leitura (e escritos) de história militar... Com dois mil anos de exemplos do passado nas costas, ao iniciar a luta não havia desculpa para não lutar bem.

Sem intenção de fazê-lo, Lawrence não poderia ter escrito melhor epitáfio.

(Porto Alegre, outubro/2015)

The Evolution of a Revolt >

<https://permanent.fdlp.gov/lps68452/lawrence.pdf>



VOCÊ SABE QUEM FOI JOSÉ FRANCISCO BORGES DO CANTO?

BORGES DO CANTO, O CONQUISTADOR DAS MISSÕES

WALTER SPALDING

Em consequência dos Tratados de 1750 e de 1777, a questão de limites, no Rio Grande do Sul, ficou completamente indecisa, não se conformando, porém, o povo sul-rio-grandense com a perda da região missioneira.

Diz o Sargento-mor Domingos José Marques Fernandes em sua *Descrição Corográfica, Política, Civil e Militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul* . . . escrita em 1804, e que fora testemunha ocular dos acontecimentos, que

"na () indecisão de limites se achavam os povos da Capitania do Rio Grande, quando nesta se rompeu a alegre nova de que Espanha tinha declarado a Portugal guerra".

A notícia chegara da Bahia a 15 de junho de 1801.

O que foi essa "Campanha de 1801", em Portugal pitorescamente denominada "das laranjas" dí-lo Belisário Pimenta¹ ao comentar duas cartas e um "Diário" da referida campanha. Foi uma "guerra" de mais ou menos um mês, pois a 10 de junho de 1801 espalhava-se a notícia oficial de ter sido assinado "o tratado de paz".

Assim, pois, quando aqui chegou a notícia da guerra a 15 de junho, já ela estava concluída na Europa. Mas, enquanto não chegasse a notícia oficial daquela conclusão com assinatura do tratado de paz, em Badajoz, o sentimento do povo rio-grandense, desde muito descontente com o resultado dos Tratados anteriores, resolveu agir.

Governava o Rio Grande do Sul o tenente-general Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara (1780 -1801, quando faleceu no cargo).

Recebendo a notícia, resolveu, de logo, preparar as tropas para a defesa das precárias fronteiras "estabelecidas" pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), mas ainda não demarcadas de todo. Com esse objetivo mandou forças para a fronteira do rio Jaguarão que se encontraram com as espanholas concentradas em Cêrro Largo. Em seguida, a fim de melhor garantir a região, seguiu para lá o coronel Manuel Marques de Sousa que conseguiu sem grande dificuldade, a capitulação dos espanhóis.

Mas no Rio da Prata tudo se preparava para um ataque de vulto ao Rio Grande, sob o comando do Marquês de Sobre-Monte que, prestes a marchar, recebeu o aviso do Tratado de Paz, assinado em Badajoz. Mas já nessa ocasião estavam os nossos de posse da fronteira Chui-Jaguarão e de quase todo o território missioneiro, para onde marchara, a 3 de agosto, José Borges do Canto, por um lado e por outro seguira Manuel dos Santos Pedroso, com a finalidade de reaver o território missioneiro, que de direito, sempre pertenceu ao Rio Grande do Sul, tendo como fronteira natural o rio Uruguai.

Comentando a notícia da declaração de guerra de Espanha, forçada por Napoleão, a Portugal, dizia em 1804 o citado Sargento-mor Domingos José Marques Fernandes:

"Sentia o governador que lhe não chegasse carta de ofício a êste respeito; e como se capacitou que as ditas notícias eram verdadeiras, mandou que os povos portugueses reconhecessem a nação espanhola por inimiga, fazendo afixar editais nos lugares públicos desta resolução, enquanto chegasse correio, que o obrigasse a fazer a declaração de guerra com a normalidade do estilo, como com efeito sucedeu aos 16 de agosto daquele ano".

1) Belisário Pimenta. — *A Campanha de 1801*, in "Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. XIX, 1950".

Mas já nessa ocasião do recebimento oficial da declaração de guerra, Veiga Cabral havia agido na fronteira sul, enviando gente a fim de observar o inimigo. E, enquanto isso, José Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso, ambos desertores — desertores no sentido rigoroso disciplinar do Exército, mas não para os homens do Rio Grande, conforme nos ensina José Feliciano Fernandes Pinheiro — enquanto isso José Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso, respectivamente com 40 e 20 aventureiros cada um, e acompanhados, ainda, de militares da estirpe de Gabriel Ribeiro de Almeida, marcharam sobre as antigas Missões a 3 de agosto, antes, portanto, da deliberação do Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara .

A 13 de agosto, entravam esses homens na região já então acompanhados por grande número de indivíduos, inclusive indígenas que, pelo caminho se lhes iam incorporando.

Estavam, assim, de posse de todo o território missioneiro, isto é, dos Sete Povos, quando veio a notícia do Tratado de Paz de Badajoz, mandando que tudo ficasse como estava no momento.

Por esta forma foi que a região missioneira do Rio Grande do Sul entregue ao Brasil pelo Tratado de Madrid (1750) e retirado pelo de Santo Ildefonso (1777), ficou definitivamente incorporado ao território da Província de São Pedro.

Há uma “*Notícia dos Acontecimentos pela Presente Guerra nos Sete Povos de Missões e Nesta Fronteira do Rio Grande de São Pedro*” que historia, em 30 de agosto, já terem sido tomadas aos castelhanos as Missões:

"A memorável notícia que da fronteira do Rio Pardo chegou a esta vila (do Rio Grande), de serem tomadas aos castelhanos seis povos das Missões, explica-se da maneira seguinte: — Do regimento de Dragões da mesma fronteira, havia desertado um soldado por nome José *Francisco* do Canto, natural e batizado na freguezia do mesmo Rio Pardo, onde existem seus pais, e pela notícia que tinha da presente guerra, tomou a resolução de se apresentar ao tenente-coronel do mesmo regimento e comandante daquela fronteira, de cuja deserção ficou perdoado, e pedindo ao mesmo comandante licença para sair à campanha a fazer as hostilidades que fosse possível aos castelhanos, com efeito lhe foi conferida não só a referida licença, como também de levar em sua companhia quarenta soldados auxiliares que voluntariamente o quisessem acompanhar, muito bem armados; e como a guerra ainda se não tinha declarado naquela fronteira, somente lhe foi proibido pelo tenente-coronel comandante o levarem fardas por se não conhecerem por militares, pelas suas insígnias; seguiram a sua marcha, dirigida às Missões, e chegando à primeira Estância da Repartição do primeiro povo de São Miguel, capital dos Sete Povos, naquela fizeram publicar aos índios que achavam na mesma, que eles iam libertá-los do grande jugo em que sempre tinham estado debaixo do poder dos castelhanos, do que os mesmos se satisfizeram muito, e os presentearam com boa cavahada, e mantimentos, dando-lhes também lin-guares que os acompanharam na sua digressão" (Ano de 1801, publicado na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* — 3a. série — N. 11 — 39 trimestre de 1853, pág. 322).

Continuando, faz o anônimo autor dessa *Memória* descrita dia a dia, o relato completo até a prisão do comandante espanhol, sua chegada a Rio Pardo, preso, e fala na liberdade que lhe foi concedida pelo Governador. Na data de 13 de setembro narra o anônimo autor:

À presença do Ilmo. e Exmo. Sr. tenente-general governador foi enviado de Missões um furriel de cavalaria miliciana contemplando-nos quarenta homens que valorosamente acompanharam o comandante da mesma partida, José *Francisco* do Canto (o autor, durante todo o transcurso de seu relato escreve José *Francisco* do Canto, em lugar de José *Borges* do Canto, talvez por causa do nome do pai do herói que era *Francisco*), com a conta dada pelo dito comandante dos progressos acontecidos, e das disposições feitas pelo seu prudente pensar, oferecendo ao mesmo Senhor os estandartes riquíssimos das comarcas dos mesmos povos, relações de todas as hostilidades, armamentos, petrechos de guerra, fazendas, mantimentos e bens, de cujo procedimento teve o mesmo Senhor grande satisfação, aprovando-lhe em tudo as sábias determinações, as quaes devem ser memoráveis por não serem praticadas por servidor de século e memória".

Declara a seguir que o Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara:

"o premiou quanto lhe foi possível", "nomeando ao dito Canto capitão de uma nova companhia de cavalaria de milícias, comandante geral e restaurador dos mesmos povos de Missões" e ao furriel enviado "nomeou tenente da mesma companhia, e lhe mandou poder para

nomear o alferes à sua satisfação, que o confirmaria, assim como também a todos os oficiais inferiores e agregasse à companhia os soldados que muito bem lhe parecesse".

E, apesar da paz já de há muito firmada na Europa, ainda no Rio Grande do Sul e no Prata a luta continuava. Ainda a 12 de outubro solicitava Cabral da Câmara por empréstimo aos comerciantes do Rio Grande a quantia de oito mil cruzados "para as tropas acampadas nas margens do rio Jaguarão, e no têrmo de quatro horas se fêz a entrega da mencionada quantia", que foi levada ao acampamento de Jaguarão pelo sargento-mor de cavalaria ligeira, Vasco Pinto Bandeira. A 23 de outubro recebia o Governador a notícia de ter sido tomado o último povo — São Borja, "pelo capitão de cavalaria e restaurador das mesmas, José Francisco do Canto".

Finalmente, a 31 de outubro chegava a notícia da paz: "Entrou nêste pôrto uma sumaca de Pernambuco com a notícia de estar feita a paz com Castela, e que em Lisboa se publicara a 20 de julho do corrente ano".

José Borges do Canto nasceu no Rio Pardo, tendo sido batizado a 17 de fevereiro de 1775. Era filho de Francisco do Canto e sua esposa, D. Eugênia Francisca. O registro de batismo reza (5):

"JOSÉ — Aos dezessete dias do mês de fevereiro de mil setecentos e setenta e cinco, nesta Matriz de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, Bispado do Rio de Janeiro; batizei e puz os Santos Óleos a José filho legítimo de Francisco do Canto natural da cidade e ilha de São Miguel, bispado de Angra: e de sua mulher Eugênia Francisca, natural e batizada na freguesia da Vila de São Pedro do Rio Grande do Sul, neto pela parte paterna de José Caetano e de sua mulher Eugênia Maria, e não houve mais notícias. E foram padrinhos José Bernardes de Meireles e sua mulher Josefa Maria de Aguiar, por seus procuradores que me apresentaram Manuel Inácio Bessa e Eugênia Maria todos moradores nesta freguesia e para constar fiz êste assento, que assino — o Padre José Antônio de Mesquita" —

Completando o assentamento acima, damos, a seguir o nome completo dos pais e avós: Pais: Francisco Borges do Canto e D. Eugênia Francisca de Sousa; Avós paternos: José Caetano Pereira, da ilha de São Miguel, Açores, e Maria Eugênia de Figueiredo, de Lisboa; Avós maternos: José da Costa e Inocência Francisca, ilhéus moradores na vila do Rio Grande de São Pedro.

Os feitos de José Borges do Canto dariam para encher algumas centenas de páginas. Deles, entretanto, o maior foi o da conquista das Missões que lhe valeu, do Governador Cabral da Câmara, o cognome de "Restaurador dos Sete Povos".

Se, a respeito de seu nascimento não há dúvida ter sido no Rio Pardo, embora somente exista o registro de batismo sem referir a data natalícia, a respeito da morte do Herói Missioneiro os historiadores desafinam. Entretanto, existe no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul um ofício de José de Saldanha, datado de São Luís, 16 de agosto de 1804, a que Aurélio Pôrto se reporta na citada obra, que historia, mais ou menos certa a causa da morte do capitão José Borges do Canto. Mas o documento que nos dá pormenores sôbre a morte e nos indica dia e mês, além do ano, está no *Archivo General de la Nación*, Montevideo.

Aurélio Pôrto diz: Livro 39 de Batismos do Rio Pardo (1774-1783), fôlha 12, segundo Aurélio Pôrto, in *História das Missões Orientais do Uruguai*. Pôrto Alegre, s/d. — Segunda parte, pág. 280, nota 4., Pág. 291.

"Saíra, realmente, Canto com mais cem companheiros índios amigos, com licença do Comandante dr. José de Saldanha, que governava as Missões, para "vaguear" dentro dos limites considerados portugueses. Transpondo os mesmos, invadira o território além Quaraí. E, por este motivo, mandava o governo, em data de 6 de agosto que, por exorbitar a concessão, fosse o capitão Canto recolhido preso ao quartel do Rio Pardo, juntamente "com todos os sujeitos que se achassem como ele compreendidos na queixa dos espanhóis. Ao mesmo tempo mandava-se abrir a respectiva devassa".

Entretanto, já por essa ocasião Borges do Canto estava morto. Aurélio Pôrto, transcrevendo parte do ofício do dr. José de Saldanha, comunicando o acontecido, assim historia a prisão e morte de Borges do Canto:

"Surpreendidos por uma patrulha de forças do comando do ten. cel. espanhol D. Roque Moira, o capitão José Borges do Canto, que estava nas imediações dos Arapeís, foi com seus companheiros preso, sem poder opor resistência de qualquer espécie, pelo descuido com que estavam entregues aos trabalhos da vacaria. Cinco dias depois, marchando custodiados pela força, procuraram fugir, à noite, para um pequeno capão, mas foram novamente capturados, com exceção de dois homens que, ocultando-se em ocos de paus, conseguiram atingir São Luis, levando ao governador a notícia desses sucessos".

O referido governador das Missões, dr. José de Sandanha procurou libertá-los, mas em vão, mesmo por que, quando recebeu a notícia já o "Restaurador das Missões" estava morto. E termina Aurélio Pôrto dizendo que o fato se dera "em princípios de julho de 1804".

A narrativa dos antecedentes, conforme a historia Aurélio Pôrto baseado em Saldanha, está mais ou menos certa. Mais ou menos por que, na realidade, Borges do Canto fôra "vaguar", como dizia Saldanha, acompanhado apenas por um grupo de indígenas, alguns portugueses, quatro piás (meninos) e três índias naturais do povo de São Lourenço.

E, pelo menos, o que refere a "parte" do capitão de Blandengues Teodoro Abad. Diz êle, na referida "parte", datada de 29 de junho de 1804, depois de explicar que avistara "una vaqueria en la costa de uno de los gafos del Cuarén", que se puzera em ação e que no dia 22 os achara ao amanhecer, en-contrando, aí,

"un troso de ganado como de dos mil o tres mil cavezas custodiado por dies y seis portugueses, veinte y un indios cuatro chicos, y tres indias dos grandes y una chita naturales del pueblo de San Lorenzo, y dos paraguayos que componian 46 por todos, mandados por el capn de auxiliares José de Ocantos".

Vendo-se cercados pelos espanhóis e sem poderem resistir entregaram-se imediatamente. No dia seguinte, 23, Abad se retirou com sua gente e prisioneiros para o acampamento de Arerunga (abreviação que não conseguimos esclarecer mas que deve ser Arerunguá, antigo campo realengo da região e nome de um arroio afluente de um dos afluentes do Quaraí). No dia 26 (de junho de 1804)

"estando acampado en la costa del Cuaró como a las dos de la mañana haciendo la madrugada demasiado obscura causa de estar el tiempo llubioso me aviso el Cavo interino Bernardo Moreno soldado del Reg. de Dragones hacer fuga quince presos comprendido en este numero el Cap. (a quien traia preso bajo su palabra, de honor) a cuya tiempo uno de los cuatro sentinelas que tenia les tiro un tiro y lastimo a uno en un pié, proseguendo la demás gente acia ellos".

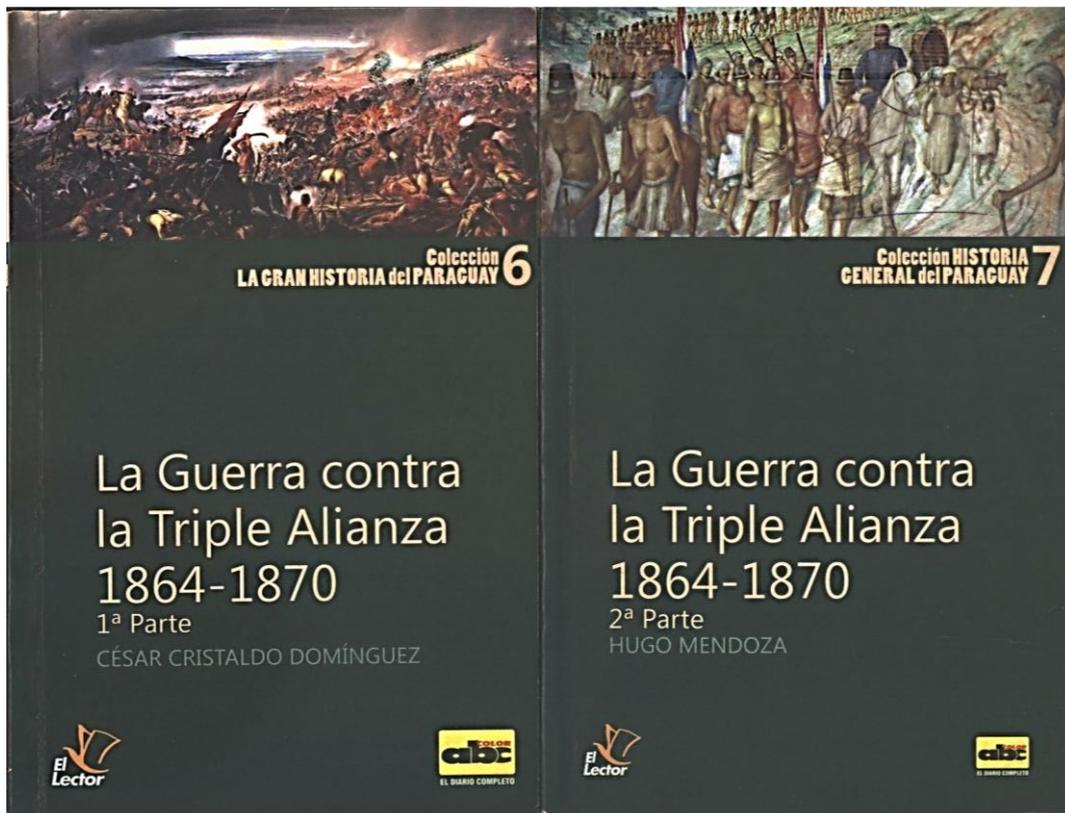
Entretanto os fugitivos alcançaram um monte ocultando-se em seus matos. Mas Abad enviou, em seguida, a persegui-los o ten. de blandengues de Buenos Aires, don Gabriel Hernandez com 15 homens, e mais o sargento do mesmo corpo, José Bello com igual força, e ainda ao sargento da Colônia Antonio Asebal com 11 homens, cercando, por essa forma, totalmente o monte e o mato.

"al aclarar el dia fueron a salir por el puesto en que se hailava emboscado dicho ten. y reconociendo este que eran los presos les mando que se rindiesen lo que no obedecieron por lo que mandó a su tropa hiciera fuego por elebación a fin de contenerlos pero no siendo suficiente este fuego, seguieron en su comenzada

Perseguidos, foi um dos fugitivos agarrado e intimado a entregar-se, mas, tentando tomar a arma ao espanhol, foi morto pelas costas quando havia largado o soldado tentando nova fuga.

"Con este exemplo se rindieron les demás a asepcion de tres que no se pudieron encontrar. Luego mandé arreconoser al muerto, y se reconoció ser el referido Capitan".

Com êste relato temos, pois, com exatidão, a data da morte de José Borges do Canto: 26 de junho de 1804, numa mata próximo ao rio Cuaró, no Uruguai, onde foi sepultado: "hice le diesen sepultura y segui mi marcha para este destino" — Campamento de Arerun a y Junio 29 de 1804. *Teodoro Abad.*



1ª parte: DOMINGUEZ, César Cristalido. La Guerra contra la Triple Alianza 1864-1870. Assunção: El Lector, 2013.
2ª parte: MENDOZA, Hugo. (mesmo título da 1ª parte). Assunção: El Lector, 2013.

DIA DA ARTILHARIA

Parabéns aos irmãos artilheiros pela passagem do natalício do patrono Marechal Emilio Luiz Mallet no dia 10 de junho – DIA DA ARTILHARIA. Ultima Ratio Regis.



Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS
(lecaminha@gmail.com)

Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br

Site do Núcleo de Estudos Estratégicos/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nuclev.com

Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE –

Delegacia Heróis de Guararapes:

<http://historia-patriota.blogspot.com/>